

“Bicicleteiros” lucram na conversão da dívida

Ivan Martins

SÃO PAULO — Os operadores do mercado financeiro não têm mais dúvidas: o mercado de conversão de títulos de dívida externa brasileira em cruzados foi dominado pelos *bicicleteiros*. Isso significa que o grosso dos cruzados gerados pelo pagamento antecipado de títulos está sendo usado para comprar dólares no mercado paralelo, que são remetidos para fora do país. Os autores dessa manobra são conhecidos no mercado como *bicicleteiros*.

As multinacionais, que usavam a conversão informal como alternativa para captação de recursos produtivos, saíram do mercado. Elas agora se valem apenas da conversão de dívida vencida realizada nos leilões do Banco Central. Quem ficou operando está interessado apenas no *spread* de 0,5% a 2% que pode ser obtido pela compra de um título no exterior, seu resgate no Brasil em cruzados, e, finalmente, a utilização dessa quantia para a compra de dólares.

Pelas contas de um executivo paulistano da área bancária, uma operação desse tipo, envolvendo um título de um milhão de dólares, pode render cerca de 20 mil dólares ao *bicicleteiro*. Não é pouco, e, por isso, há no Banco Central o temor de que esse tipo de prática prolifere,

iniciando uma pressão irresistível sobre o mercado paralelo do dólar. Paralelo alto em relação ao câmbio oficial tem por sinônimos clássicos fuga da moeda e subfaturamento das exportações.

É dado como certo, tendo esse quadro em vista, que o Banco Central deverá tomar algumas medidas para restringir esse tipo de operação — como, aliás, já foi anunciado por Armin Lore, diretor da Área Externa do BC. Não se sabe, porém, que tipo de medida o governo adotará.

Está sendo cogitada a tributação das contas bancárias de não residentes no país. Essas contas são usadas, normalmente, como local de depósito dos cruzados pagos pelas empresas ou bancos brasileiros no resgate dos títulos de sua dívida. Os credores que receberem esse dinheiro e se identificarem, pagarão impostos sobre os dividendos obtidos a partir dele.

Quem não se identificar, pagará, imediatamente, um pesado percentual sobre o valor de cada operação. Com essa medida, imagina o diretor de um grande banco europeu que opera no país, a margem de ganho dos *bicicleteiros* (que não se identificam) desapareceria. E o mercado da conversão informal retornará às mãos dos investidores produtivos.